



Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e dezanove minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Catarino José esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Faltou, por motivo justificado, o Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, que se encontrava doente.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 2 de setembro de 2020.**
  - 2. Deliberação n.º 292/20 – Proposta n.º 66/2020 – DAF/DICOR – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo - Investimentos Municipais 2020 – Adjudicação.**
  - 3. Deliberação n.º 293/20 – Proposta n.º 67/2020 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
  - 4. Deliberação n.º 294/20 – Proposta n.º 68/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.**
  - 5. Deliberação n.º 295/20 – Proposta n.º 69/2020 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição do Fundo de Maneio para a atividade “Festa da Ilustração 2020”.**

6. **Deliberação n.º 296/20 – Proposta n.º 18/2020 – DCIRT/DITUR – Prolongamento do “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2020” – Ratificação.**
  7. **Deliberação n.º 297/20 – Proposta n.º 19/2020 – DCIRT/DITUR – Rede de Centros Ciência Viva - Acordo de Parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, no âmbito do Moinho de Maré da Mourisca.**
  8. **Deliberação n.º 298/20 – Proposta n.º 28/2020 – DURB/DITA – Pedido de Isenção de Pagamento da Taxa Devida por Verificação Técnica ao Abrigo 12.º do RGEU.**
  9. **Deliberação n.º 299/20 – Proposta n.º 29/2020 – DURB/DIPU – Reconhecimento pela Assembleia Municipal de Setúbal do Interesse Público Municipal do Projeto da Central Solar Fotovoltaica de Algeruz II.**
  10. **Deliberação n.º 300/20 – Proposta n.º 30/2020 – DURB/DIPU – Relatório de ponderação da discussão pública e envio à Assembleia Municipal de Setúbal do Plano de Pormenor da Salmoura (Proposta de Plano e Relatório Ambiental) para aprovação.**
  11. **Deliberação n.º 301/20 – Proposta n.º 31/2020 – DURB - Estratégia de Habitação do Concelho de Setúbal.**
  12. **Deliberação n.º 302/20 – Proposta n.º 28/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro 2 de Abril – Alameda do Pinheiro, 20 – 1.º Dt.º.**
  13. **Deliberação n.º 303/20 – Proposta n.º 29/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Rua do Moinho, 3 – A 42.**
  14. **Deliberação n.º 304/20 – Proposta n.º 30/2020 – DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Concurso Público – Adjudicação.**
  15. **Deliberação n.º 305/20 – Proposta n.º 66/2020 – DCDJ/DISOC – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes - Apoio financeiro.**
  16. **Deliberação n.º 306/20 – Proposta n.º 67/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Coletivo Colinas.**
  17. **Deliberação n.º 307/20 – Proposta n.º 68/2020 – DCDJ/DIDES – Plano Municipal de Desenvolvimento da Vela – Protocolos de cooperação com o Clube Naval Setubalense e o Clube de Vela do Sado.**
  18. **Deliberação n.º 308/20 – Proposta n.º 69/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de setembro a dezembro de 2020.**
  19. **Deliberação n.º 309/20 – Proposta n.º 70/2020 – DCDJ/DIDES - Apoio financeiro à atividade desportiva da APPACDM de Setúbal/União Desportiva para a Inclusão.**
  20. **Deliberação n.º 310/20 – Proposta n.º 71/2020 – DCDJ/DIDES - Edição Especial da Volta a Portugal em Bicicleta 2020 – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Ciclismo.**
  21. **Deliberação n.º 311/20 – Proposta n.º 72/2020 – DCDJ - EXIB MÚSICA 2020 – Apoio financeiro.**
- C) **Período destinado à intervenção do público.**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu Gabinete, do Departamento de Administração Geral e Finanças, do Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e do Departamento de Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 10.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que queria deixar dois apontamentos. O primeiro tinha a ver com uma realidade atual, face à realidade que se vivia no mundo, sob a pandemia do COVID-19. Dois eventos organizados pela Câmara Municipal tinham sido transmitidos “online” e o “feedback” que tinham era que as transmissões tinham sido positivas, tinha havido muita adesão às mesmas. Felizmente, era o método utilizado por várias entidades, por todo o país.

Faziam uma sugestão, que se fizesse a transmissão “online” das reuniões da Câmara. Provavelmente, era a oportunidade de experimentarem, uma vez que, certamente, os municípios teriam interesse em acompanhar os trabalhos. Era, também, uma forma de darem um sinal de que era possível fazer - e, talvez, era aconselhável fazê-lo -, dado que a pandemia parecia que tinha vindo para ficar e era expectável que continuasse por muito tempo, infelizmente. Seria uma forma de poderem chegar a casa de todos os municípios. Era, apenas, uma sugestão, face àquilo que era a realidade e ao que tinha sido a utilização das redes sociais e dos canais “online”, para chegar às pessoas.

A outra questão que queria colocar, também, como sugestão, era um pedido de esclarecimento. No início de aulas, que estava naquele momento a acontecer, também era importante. Não sabia quais eram os canais que estavam a ser utilizados pela Direção-Geral de Saúde e pela Proteção Civil para o município, para os números do COVID do concelho. Estava a falar sem ter um conhecimento de causa profundo. Não sabia como é que estávamos a lidar com essa situação, se tinha havido um aumento ou se os números estavam a ser divulgados. Tinha acompanhado de outras formas, mas, enquanto município, não o tinha feito.

Se calhar, seria importante, face ao aumento que tinha havido a nível nacional nos números de infeção por COVID-19, para a população ter uma noção da realidade e daquilo que eram as necessidades de uma maior prevenção e das medidas a tomar para a sua proteção. Não sabia se isso estava a ser feito, ou não, e deixava a pergunta. Seria importante que os números chegassem e que a informação chegasse de uma forma mais efetiva e em tempo real à população. Portanto, deixava essa sugestão à Sra. Presidente, enquanto presidente da Proteção Civil de Setúbal.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que, essencialmente, queria dar conta de algumas questões relacionadas com o início do ano letivo nas escolas do concelho.

Queria começar por dizer que o conjunto dos agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas, em todas as suas dimensões, desde o pré-escolar ao secundário, tinham estado, desde o final do ano letivo anterior, a trabalhar, a procurar encontrar as soluções mais adequadas para que o início do ano letivo decorresse com segurança, para que houvesse

confiança por parte das famílias, dos alunos e de todos os profissionais das escolas - os professores, os auxiliares educativos e os assistentes administrativos -, para que a escola presencial fosse uma realidade e que, naturalmente, tudo corresse pelo melhor.

Era necessário elogiar o esforço que tinha sido desenvolvido. Era necessário destacar todas as horas - que não tinham conta - que tinham sido de trabalho de toda essa comunidade.

Queria dar conta que estavam a trabalhar nas adaptações. Os horários já tinham saído, entretanto, mas ainda estavam a trabalhar em adaptações de alguns momentos mais complicados do funcionamento das escolas, como eram os momentos das refeições num ou noutro refeitório das escolas do 1.º ciclo que eram mais curtos, em dimensão. Com grande compreensão, estava-se a conseguir trabalhar com alguma adaptação de espaços, para tudo ser feito em segurança.

As escolas tinham os seus planos de contingência. Estavam definidos circuitos e estavam definidos procedimentos. As coisas estavam a avançar. Gostariam que, em todo o lado, todas as entidades e organizações pudessem desenvolver o seu trabalho com os mesmos cuidados com que as escolas estavam a fazê-lo, tanto as da nossa responsabilidade como as da responsabilidade do Ministério da Educação.

Ainda assim, esse esforço todo não era correspondido por quem tinha algumas responsabilidades no assunto. Num ano em que os horários estavam mais alargados e em que o esforço dos assistentes operacionais para além daquilo que era a sua atividade normal, do ponto de vista da higienização dos espaços, obrigava a um esforço muito maior, não viam as escolas reforçadas com assistentes operacionais e não viam condições para o fazer. Havia escolas que tinham assistentes operacionais, que, entretanto, se tinham aposentado ou falecido, que eram autorizadas a contratar trabalhadores a meio tempo para os substituírem. Isso era um elemento que não dava consistência e que lhes criava alguma preocupação.

No fundo, a Câmara tinha ido além das suas funções, apoiando e dando toda a colaboração que conseguia, com adaptação de alguns assistentes operacionais da Câmara que, nas funções em que estavam, já não tinham condições para as exercer, que iam dar apoio às escolas, num esforço importante, mas essa era uma questão que tinha que ser vista de uma vez por todas.

Depois, queria colocar uma outra questão que lhes criava grande preocupação, que tinha a ver com a resposta da rede da oferta educativa, nomeadamente no ensino secundário, no nosso concelho. Continuavam com o Ministério da Educação a não resolver o problema do território da União de Freguesias de Azeitão, em que não havia ensino secundário, independentemente das promessas e dos terrenos que já tinham sido disponibilizados pelas autarquias, até para soluções de cooperação entre os municípios e o Governo.

No início do ano letivo tinham tido crianças que, na segunda-feira, não sabiam ainda onde é que era a sua colocação. No ensino obrigatório, no 10.º ano, no nosso concelho, tinha havido crianças que só tinham sido colocadas no decurso do dia de segunda-feira. Isso era algo com que o Município não podia estar de acordo. Não podiam aceitar e iam pedir explicações. Iam exigir que o planeamento da oferta escolar no futuro, nos próximos anos letivos, que era da responsabilidade, naturalmente, do Ministério da Educação, fosse revista.

Não aceitavam que houvesse crianças que tivessem que atravessar todo o concelho para poderem frequentar o ensino obrigatório, nem aceitavam que acontecessem situações como o de uma rapariga da União de Freguesias de Azeitão que tinha sido colocada no Fogueteiro. Se não tivesse sido a intervenção e a compreensão das direções dos agrupamentos de escolas e da Câmara, essa criança de Azeitão iria ter aulas, no próximo ano letivo, no Fogueteiro. Consideravam isso inaceitável.

**Ser. Vereador Rui Lamim** – Disse que gostaria de chamar a atenção para uma questão relacionada com a Escola Básica e Jardim de Infância do Montalvão. Tinha-lhes chegado ao conhecimento uma questão relacionada com o horário de entrada de cerca de 115 crianças que entravam diariamente naquela escola, que frequentavam a escola e o Jardim de Infância, cujo período de entrada tinha sido diminuído de 15 para 5 minutos, o que iria provocar, naturalmente, um congestionamento à porta da escola.

4

A informação que lhes tinha sido transmitida tinha sido que esse intervalo de entrada de 15 minutos tinha sido reduzido para 5 minutos devido à falta de pessoal, de assistentes operacionais. Ficava a chamada de atenção, para o que se pudesse fazer relativamente a esse assunto.

Um outro pedido que tinha era um pedido de informação acerca, obviamente, daquilo que os preocupava. Tinha a ver com os números do COVID no concelho e, nomeadamente, uma notícia que tinha surgido recentemente sobre algum tipo de propagação dessa doença, desse vírus, na Companhia de Sapadores Bombeiros.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que queria deixar algumas notas breves. A primeira nota era muito positiva, tinha a ver com os fogos florestais. Tinham havido, recentemente, Alerta Laranja e Alerta Vermelho e, nesse período, não tinha acontecido nada de especial no nosso município, nem sequer no distrito. A situação tinha corrido muito bem. Tinha havido sete ignições em Alerta Vermelho - o que era uma coisa absolutamente rara - e tinham sido ignições rapidamente resolvidas.

Mantinha-se no distrito e, também, no concelho, um patamar de contenção de fogos rurais ao nível de menos 50 por cento de fogos do que no ano anterior para a época, em período homólogo, e menos 85 por cento de área ardida. Mantinha-se essa situação, sendo que, no país, já tinha ultrapassado mais de 50 por cento, a aproximar-se dos 60 por cento, a área ardida a mais do que o ano anterior. Portanto, havia um resultado bastante interessante, que se devia à atuação, por um lado à prevenção, mas, também, à forma de atuar das entidades que estavam no terreno no combate aos fogos rurais.

Em relação às questões do COVID, tinha sido colocada a questão dos números e tinham uma dificuldade. Os números que a saúde pública divulgava eram os números da saúde pública e eram os públicos. Tinham informação suplementar, que não podiam divulgar, do ponto de vista público. Podia dizer ao senhor vereador, se tivesse interesse nisso, mas, do ponto de vista da informação pública, a informação que a saúde pública lhes fornecia iria chocar com a informação publicada, que era aquela que já tinha chegado à saúde pública e a saúde pública publicava.

Era sabido que tinha havido uns problemas tempos atrás, com grandes confusões e querelas à volta disso, porque havia um processo de recolha de dados que chegava mais tarde à Direção-Geral de Saúde do que aquilo que tinham. Portanto, o que podia dizer era que havia uma diferença para mais, nessa matéria. Não podia dizer mais do que isso.

Depois, em relação a matérias que os estavam a preocupar no quadro do COVID, o início das aulas era um problema sério, com o regresso de férias e o início das atividades laborais. Naquela manhã, tinham sido identificados, na Comissão de Trabalho Restrita da Comissão Distrital, os ambientes de restauração como os principais responsáveis pelas infeções, pela facilidade com que pessoas de agregados familiares diferentes, grupos de amigos distintos se juntavam.

No Distrito de Setúbal, naquele momento, as maiores fontes de infeção eram a restauração e os convívios, etc. Tinha sido feito um apelo muito grande, no sentido de se evitar fazer esse tipo de convívio. Uma coisa era estar com a família junta, outra coisa era juntar uma família com outra, depois com outra e com outra. Nunca se sabia, exatamente, de onde é que as coisas vinham. À frente explicaria melhor o que estava a dizer, mas havia essa preocupação muito forte com esse tipo de infeção.

Na área dos lares também havia uma preocupação grande. Tínhamos dois surtos em Setúbal. Estava um sob controlo e estavam a acompanhar de perto. Nessa matéria, não se falava muito de Setúbal, porque Setúbal distrito tinha entendido ter um “*low profile*” comunicacional e remeter para a saúde pública toda a comunicação, para não fazer aquilo estavam a fazer outros municípios, que, de três infetados, transformavam isso num surto fantástico em que o presidente da câmara aparecia a falar do surto. Era uma coisa que era relevante e importante para a terra e para as pessoas, mas era um assunto de saúde pública. Estava a ser tratado, tinha o seu protocolo de tratamento, estava em evolução e, de repente, transformava-se num problema nacional.



Portanto, tinham evitado isso. Tinha-se discutido na comissão distrital e todos os municípios tinham entendido ter esse tipo de atitude. No distrito só tinham escapado a esse tipo de comportamento os do Sul, que estavam a falar a toda a hora. No norte do distrito, Almada tinha começado por falar, mas, depois, tinha deixado de falar. Já tinha percebido que cada vez que a presidente da câmara falava amplificavam um assunto que não era muito grave ou que podia ser grave, mas ganhava gravidade superior. E, também, no Barreiro, mas, depois, também tinham deixado de falar.

Naquele momento, se estivessem atentos, da península de Setúbal não ouviam presidentes de câmara a falar. Tinha-se verificado que, cada vez que um presidente de câmara falava, transformava um problema que valia 1 num problema que passava a valer 100, sem que tivesse qualquer vantagem, na medida em que isso, depois, perturbava, do ponto de vista das pessoas.

Naquele mesmo dia, a Ministra do Trabalho e da Segurança Social tinha colocado uma questão que era muito importante. Tinha dito uma coisa que era relevante, que o ambiente colocado pela comunicação social à volta dos lares era de tal maneira que tinham criado bolsas para substituir as pessoas, os trabalhadores infetados dos lares. Naquele momento não estava a ser fácil encontrar, pelo ambiente criado, trabalhadores que fossem substituir os trabalhadores infetados. Tinha-se criado um ambiente muito complexo à volta dos lares, uma coisa terrível, quando as coisas estavam a ser acompanhadas.

Aliás, ela tinha dado um número espantoso. Tínhamos 2527 lares e apenas um ponto e tal por cento é que tinha problemas, num universo bastante restrito de pessoas. A grande dificuldade era que, nesses lares, mais de 60 por cento da população tinha 80 anos ou mais. Portanto, essa é que era a grande dificuldade e o grande problema colocado.

Nessa matéria, o que os preocupava, por um lado, era a comunidade escolar. Na próxima reunião da comissão distrital, que era presidida pela Sra. Presidente da Câmara, iam discutir esse assunto e também iam discutir a questão dos lares residenciais e, também, dos centros de dia, que tinham estado fechados. Havia a perspectiva de, eventualmente, regressar à abertura dos centros de dia.

Desse ponto de vista, quando contactados pela comunicação social, em geral encaminhavam para a saúde pública, visto que, sempre que havia um infetado, a saúde pública é que tomava conta da ocorrência e geria o processo. Quando muito, tinham que ir perguntar à saúde pública e dizerem o que a saúde pública lhes tinha dito. Naquele caso, era melhor ser a saúde pública a falar.

Outra questão que tinha sido colocada tinha que ver com a CBSS. Na CBSS ia acontecer aquilo que acontecia em todas as instituições que tinham gente. Um bombeiro tinha sido infetado por um filho em casa, um jovem. O bombeiro estava assintomático e tinha infetado, registado até àquele momento - e já tinham feito dezenas de testes -, 7 bombeiros. Ainda continuavam a receber resultados de testes e iam ver. Isso acontecia em qualquer instituição. Podia acontecer no grupo que estava na sala. Ninguém tinha esse controlo total do que se estava a passar em todo o lado. Tínhamos que nos habituar a esse novo normal, que era "*o meu amigo está infetado*" ou "*o meu amigo infetou-me*" ou "*o meu filho está infetado*". Tinha que fazer os protocolos necessários.

Em relação à CBSS, queria deixar um grande sossego, na medida em que dos 120 bombeiros 7 estavam infetados. Havia condições de assegurar o socorro. Tinha decidido naquela manhã, de acordo com o Estado de Contingência e com a nova resolução do Conselho de Ministros, retomar a linha de trabalho de 24 horas, 24 grupos, o mesmo grupo durante 15 dias, a rodar um grupo durante 15 dias, de forma a ter metade dos bombeiros completamente fora da companhia, o que dava tempo de, em caso de infeção fora revelar os impactos, haver testes, etc, regressarem e, depois, voltarem a trabalhar. Portanto, ia ser feito um trabalho que já tinham feito aquando do Estado de Emergência.

De qualquer modo, na companhia, toda a gente desinfetava todos os dias as portas, os puxadores, as mesas, tudo. Havia ali um trabalho, havia um plano de contingência que era executado diariamente, de uma forma muito mais acentuada do que noutros espaços.

4

Em última análise, se, por absurdo, houvesse uma falência da companhia, o socorro estava garantido, porque o Socorro, em Portugal, trabalhava por cascata. Teríamos à volta toda a estrutura de socorro a proteger-nos, tal como iríamos proteger outros que tivessem falência.

A situação era pacífica até àquele momento. Não havia nada mais a acrescentar. Estavam a acompanhar e a saúde pública estava a fazer o trabalho de contacto e de acompanhamento de toda a equipa de bombeiros e a fazer as respetivas avaliações. Era esse o quadro.

A última nota que queria deixar tinha que ver com um trabalho de planeamento e de prevenção que estava a ser feito entre a proteção civil e o sistema de saúde, fruto de reclamações de munícipes e fruto de reclamação da junta de freguesia. Por proposta do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, tinha havido um contacto da proteção civil com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, para resolver um problema que havia no Centro de Saúde do Vale do Cobro de uma forma mais acentuada, mas que havia em todos os centros de saúde do ACES Arrábida, que envolvia Sesimbra, Palmela e Setúbal.

As pessoas ficavam em filas à porta, para serem atendidas, visto que os centros não tinham capacidade de atendimento interno, de ter pessoas lá dentro sem condições de acolhimento. Tinha-se procurado encontrar um espaço alternativo para consulta e atendimento de doenças do foro das constipações, das gripes e do COVID, toda a sintomatologia que tinha que ver como a em que íamos entrar, dos vírus diversos, incluindo o COVID. Como os sintomas eram, em geral, muito semelhantes, tinha-se decidido reforçar um espaço dedicado em exclusivo a essa área de atendimento.

Esse espaço ia ser um espaço com condições. Eram as equipas do ACES Arrábida que iam lá estar. Iria ter 14 gabinetes de atendimento, portanto era um reforço muito grande de atendimento ao público. Iria ter 2 salas para os administrativos e uma grande sala de espera numa das naves, que permitiria acolher as pessoas que estavam na rua. Iria ter um parque de estacionamento dedicado, só para as pessoas que lá iriam, que levava centenas de carros. Iria ter uma zona sanitária separada, uma zona de balneários para os trabalhadores. Iria arrancar no dia 12 de outubro essa solução de reforço de atendimento e consulta de doenças do foro cardiorrespiratório, gripes e outros.

Essa solução tinha visado resolver dois problemas. O primeiro, que já existia, das filas imensas à porta dos centros de saúde, por um lado, e, por outro lado, prevenir o que aí vinha, que era um reforço da procura dos centros de saúde por parte de pessoas com sintomas de gripe, constipação e outras, que, em geral, eram idênticos aos sintomas do COVID-19. Portanto, esse centro iria, também, ser um centro de identificação de COVID e não-COVID. Identificado o COVID, depois teria o seu tratamento próprio e os outros teriam o tratamento normal, pela via do Sistema Nacional de Saúde.

Era só para deixar essas notas, para dizer que Setúbal se estava a preparar para as necessidades. Tinha sido um trabalho muito interessante, de parceria com o ACES Arrábida, que se tinha concluído havia pouco tempo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, no seguimento da intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que agradeciam, tinham surgido duas dúvidas. A primeira era se esse centro abrangia todos os centros de saúde e, inclusivamente, também as USF.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que abrangia toda a área de intervenção do ACES Arrábida.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Perguntou se os médicos que estavam presentes nesse centro eram os mesmos que estavam nos centros de saúde e nas USF ou se vinham novos médicos. A questão do pessoal era sempre o mais difícil, arranjar médicos e enfermeiros para esses sítios. Portanto, era essa a questão.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que havia duas questões. Por um lado, ia haver um reforço de médicos e de enfermeiros, que estava pedido e que diziam que viria, mas a

questão estava resolvida, porque quem fazia esse tipo de atendimento nos centros de saúde iria fazê-lo lá. Esse tipo de atendimento transitaria para lá.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que queria acrescentar um esclarecimento àquela questão e responder ao Sr. Vereador Rui Vieira, fazer um esclarecimento sobre uma questão que ele tinha colocado.

Tinha sido uma iniciativa do ACES, que tinha procurado a Câmara para conversar e apresentar o plano de contingência para o inverno, no quadro atual. No Município de Palmela iam abrir também um centro com características - não exatamente aquelas - para um atendimento dedicado às doenças respiratórias, para aquele período. Necessitavam desse reforço. Estavam a trabalhar em conjunto, sendo a responsabilidade, naturalmente, do ACES, que tinha essa competência e saber. Estavam a conversar para o plano de vacinação contra a gripe, que, no quadro atual, deveria ter um cuidado superior para encontrar uma solução, para não congestionar os centros de saúde na resposta à doença não respiratória, que tinha que recuperar, e as respostas para o momento que vivíamos.

Relativamente à questão que o Sr. Vereador Rui Vieira tinha colocado, queria esclarecer que também tinham sido informados da situação. Aquilo que tinha sido descrito pela Associação de Pais da Escola Básica conhecida como Escola Básica das Laranjeiras, no Montalvão, era o problema da falta de assistentes operacionais, da responsabilidade do Ministério da Educação. O quadro resultava disso.

Sabia da resposta do agrupamento e do esforço que o agrupamento estava a fazer, que esperava ter autorização para vir a contratar assistentes operacionais para poder reforçar, poder dar resposta e voltar o período de receção das crianças a 15 minutos e não aos 5 minutos, como estava previsto naquele momento, num quadro de plano contingência.

De qualquer forma, ficava também um apelo aos encarregados de educação, para que fizessem da largada das crianças um momento só de largada das crianças e não uma prática que era comum em muitas das nossas escolas, que era ficar a aguardar e a ver se o filho ou o neto chegava bem à sala, ter confiança em que a escola acolhia bem as crianças. Era um reflexo da falta de assistentes operacionais nas escolas, que acontecia de uma forma geral.

**Sra. Presidente** – Disse que as questões que tinham sido colocadas já estavam quase todas respondidas, mas, relativamente à transmissão e aos dados, além de pedagogicamente e psicologicamente não ser muito aconselhável, era a sensação de medo e de ansiedade que isso criava no resto das pessoas que estavam à volta. Exatamente por causa desse desfasamento, no início ninguém sabia o que é que aquilo ia dar, como é que ia funcionar. Portanto, toda a gente tinha ido aprendendo: A secretária de Estado, a diretora-geral, a senhora ministra. Enfim, todos.

Os autarcas também tinham ido aprendendo e tinha havido orientações. Não havia orientações para dar números exatamente porque, às vezes, havia um desfasamento de 24 horas e isso alterava tudo. Bastava um foco qualquer aparecer com mais 10 ou estarem curados 10, darem o número e já estarem curados 10. Afinal, não eram aqueles todos, eram menos 10, ou para cima, darmos o número e estarem infetados mais 10.

Em Setúbal éramos dos concelhos com menos infetados, à nossa dimensão. Não nos podíamos comparar com um concelho de 10 ou 15 mil habitantes. Com as nossas características e com os nossos números, éramos dos menos infetados. Era só isso que podiam adiantar.

Tudo fariam para ir cumprindo, dentro da medida do possível, todas as orientações. Iam apoiando o comércio e a indústria. Estavam sempre a par das orientações do Governo para não demorar muito tempo a apoiarem quem tivessem que apoiar. Iam caminhando nesse sentido.

Relativamente aos nossos serviços, o maior número de infetados tinha sido aquele dos bombeiros. Tal como se tinha assistido no país inteiro, a partir de junho/julho, tinha havido um aumento substancial do número de casos. Mesmo assim, eram 1700 trabalhadores e o



número maior tinha sido aquele. Já estavam a recuperar e, felizmente, ninguém estava hospitalizado. Esperavam que, rapidamente, os bombeiros recuperassem. Tempos atrás, tinha havido 3 funcionários do GAGIAS. Já tinha sido há mais de um mês, já estavam a trabalhar há muito tempo. Ninguém tinha a resolução daquele problema nas mãos, senão já estariam na linha da frente, mas, pelo menos, acautelavam e preveniam. Cumpriam as regras, no sentido de minorar essa situação. Em relação à escola já tinha sido respondido pelo vereador.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que, relativamente aos números do COVID, também era apologista de que devia haver algum cuidado na transmissão dos números, sobretudo se houvesse desfasamento entre aquilo que eram os números reais e aquilo que era a informação transmitida. Era importante manter um critério e ter cuidado na transmissão e nos canais utilizados. Era apologista disso, até pelas responsabilidades que tinha numa instituição. Infelizmente, podia acontecer a qualquer pessoa.

Percebia isso, mas, se houvesse um surto, era importante. Não estava a dizer que havia e esperava que não houvesse, todos esperavam que não houvesse e que o concelho estivesse livre de um grande surto de COVID. Mas essa informação devia, depois, ser transmitida, até porque as pessoas gostariam de saber onde é que estava o foco, em que zona. Era essa informação. Também era importante que o direito à informação fosse garantido. Obviamente que, se não existisse, se fosse apenas divulgação de números, existiam os canais da Direção-Geral de Saúde que todos conheciam.

Não era para ele a informação, porque tinha acesso através de outra, mas estava ali numa qualidade que não aquela pela qual tinha acesso às duas. A questão era só essa, se, no caso de haver um surto de maior incidência no concelho, se a Sra. Presidente via necessidade de informar a população, até para os cuidados serem reforçados. Tinham sido nesse contexto as intervenções.

O início das aulas também era importante e o senhor vereador já tinha admitido que existia uma comissão que trabalhava nessa área. Sabia que estavam a trabalhar bem e que havia uma consonância importante entre as diversas entidades que compunham essas comissões.

A informação que tinha sido dada pelo Sr. Vereador Rabaçal tinha sido importante, a questão dos restaurantes e dos cafés. Era importante passar essas informações para a população, por uma questão de precaução e de pedagogia.

A questão do início das aulas, a necessidade de ter outros comportamentos, tinha sido só nesse sentido que a sua intervenção tinha sido feita.

Se não houvesse necessidade disso, que não se fizesse e que os canais que divulgavam a informação continuassem a ser os mesmos. Tinha sido só nesse sentido a sua intervenção.

**Sra. Presidente** – Disse que, em relação à transmissão das iniciativas, por causa do COVID tinham tido que fazer as limitações que tinham feito, relativamente ao 15 de setembro. Portanto, tinha havido muita gente, mas mesmo muita gente, que tinha ficado triste por não poder estar a acompanhar os homenageados, especialmente os seus familiares e amigos. Só podia ir uma pessoa por família e isso tinha sido constrangedor. Só tinha havido uma pessoa que tinha tido uma pessoa a mais, que tinha sido a Sra. Ming, que tinha tido o marido e o Israel, que era o tradutor, porque aquilo não estava a ser traduzido para Inglês e nenhum deles sabia falar Português. Tinham sido os únicos que tinham tido autorização para ter uma pessoa a mais, que lhes ia explicando o que é que se estava a passar na sessão, mais ninguém tinha tido duas pessoas a acompanhar.

O número de pessoas que estavam no Fórum - eram cerca de 120 homenageados, mais um por cada homenageado - dava cerca de 300, mais os vereadores, mais o representante de cada força política representada na Assembleia Municipal. Os deputados municipais também não tinham podido estar presentes, portanto, só estava um por bancada. Tinha sido muito aborrecido.

As famílias tinham pedido para poderem ver em casa e tinham acedido, porque era uma situação de estar ou não estar de acordo, era uma situação de facto, era homenageado este

ou aquele. Era uma coisa que já tinha sido pública, as medalhas tinham sido votadas, etc. Portanto, tinha sido só seguir em casa aquele bonito Dia de Bocage.

Em relação à conferência, tinha havido muita gente inscrita e tinham tido que parar as inscrições, porque o Fórum não podia levar mais do que metade das pessoas. As pessoas também tinham pedido e também era de contar aquilo.

Em relação à transmissão das reuniões da Câmara, continuavam a dizer que não estavam a cometer nenhuma ilegalidade. Não havia nada na lei que dissesse que tínhamos que passar aquilo “online”. Aquelas reuniões eram públicas. Quem estivesse interessado e pudesse ia ali. Havia pessoas que estavam a trabalhar e poderiam ver em casa ou coisa que o valesse. Portanto, continuavam a insistir na tecla de que aquelas reuniões da Câmara eram públicas.

Estavam a cumprir a lei. Era uma questão de entendimento e entendiam que a transmissão daquelas reuniões da Câmara, para quem estava em casa, às vezes, tornava-se um bocado um filme. Sabia de alguns municípios do PS, que eram poucos, que transmitiam e, se calhar, já gostariam de voltar com a decisão atrás. Lembrava, por exemplo, que o Município do Montijo e o Município de Alcochete - o Município de Vila Franca também achava que não passava -, que eram municípios do Partido Socialista, não passavam e faziam muito bem, porque entendiam que o que se estava a passar podia ser utilizado por pessoas que estavam atrás dos seus Facebook, para fazer daquilo um filme.

Não, obrigada. As pessoas se quisessem fossem ver ao vivo e a cores e perceberiam o contexto das coisas. Era como na Assembleia da República, em que as transmissões tinham sido proibidas havia algum tempo, porque um estava a bocejar ou o outro coçava a cabeça. Tinha sido proibido e bem. Atualmente, havia o canal da Assembleia da República, mas, tempos atrás, havia vários. Aquilo até era de propósito, para fazerem algum “Big Brother”. A lei dizia que podiam ver ali. Como tinha dito, havia alguns municípios, até da CDU, que também passavam, que gostariam de voltar atrás. Agora, o problema era deles, porque, de facto, era uma lavagem de roupa suja para quem estava do outro lado, para quem não estava a perceber o contexto.

Portanto, se queriam discutir alguma coisa que viessem ali. Mantinham a posição relativamente a essa questão. Percebia que fosse uma questão política do Partido Socialista, mas, relativamente à Câmara, pelo menos, não iriam alterar aquela posição, até porque não estavam a cometer nenhuma ilegalidade.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de António Ribeiro Salgueiro Lourenço, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pela morte, no dia 7 de setembro, de António Ribeiro Salgueiro Lourenço, aos 82 anos de idade, fundador e presidente do Alto da Guerra Sport Clube.*

*António Lourenço era natural de Marvão, tendo chegado a Setúbal no ano de 1966, onde trabalhou na antiga Indústria de Montagem de Automóveis, trabalhou como barbeiro e instrutor de condução, tendo fundado a Escola de Condução Instrusado.*

*Em 1979, fundou o Alto da Guerra Sport Clube, que presidiu por diversos mandatos, lutando sempre pela melhoria das condições do clube na oferta de oportunidades desportivas e culturais aos moradores do Alto da Guerra.*

*Em reconhecimento à dedicação de mais de 40 anos ao desenvolvimento desportivo no Concelho, a Câmara Municipal de Setúbal atribui a António Lourenço, a título póstumo, no passado dia 15 de setembro, a medalha de honra da cidade na classe Desporto.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça aos familiares e amigos de António Lourenço os sentidos pêsames”.*

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Joaquim Adriano José da Conceição, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

4

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, no dia 14 de setembro, do antigo futebolista Joaquim Adriano José da Conceição.*

*Nascido em Luanda em 8 de abril de 1942, representou o Vitória Futebol Clube entre 1962 e 1973.*

*A sua personalidade e excelência técnica no futebol conduziram-no ao lugar de capitão de equipa do Vitória, tendo levantado por duas vezes a Taça de Portugal, e levaram-no a representar a seleção portuguesa de futebol por cinco ocasiões.*

*Conceição, como era conhecido, faleceu em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, onde residia.*

*À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames”.*

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de João Carlos Gomes Pedro, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14:

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, no dia 10 de setembro, com 70 anos, de João Gomes Pedro.*

*João Gomes Pedro foi Presidente da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, onde teve papel fundamental no desenvolvimento nacional e internacional das atividades subaquáticas, em todas as suas expressões, como mergulho, apneia ou fotografia subaquática, entre outras.*

*Homem do mar e das atividades subaquáticas, dedicou-se de corpo e alma ao desenvolvimento destas atividades, sempre com empenho e dedicação, quer como instrutor de mergulho, quer como dirigente associativo e como presidente da federação.*

*Desempenhou, durante largos anos, funções como responsável da secção de mergulho do Clube Naval Setubalense e era, à data do falecimento, presidente da Assembleia Geral da SulSub, associação que celebrou um protocolo de cooperação com o Município de Setúbal para a criação do Centro Municipal de Atividades Subaquáticas de Setúbal.*

*O referido centro, que deveria ter sido inaugurado no Dia de Bocage e da Cidade, celebrado no dia 15 de Setembro, foi, desde a primeira hora, a concretização de desejo antigo de João Gomes Pedro.*

*À família enlutada o Município de Setúbal endereça as mais sentidas condolências”.*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que se associavam aos votos de pesar, pelo falecimento de três figuras importantes da sociedade setubalense, de áreas diferentes, que mereciam todo o nosso respeito.

A pedido da Sra. Presidente, fez-se um minuto de silêncio em homenagem aos falecidos.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 12 de agosto de 2020**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

### **2. Deliberação n.º 292/20 – Proposta n.º 66/2020 – DAF/DICOR – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo - Investimentos Municipais 2020 – Adjudicação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 15 a 18.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, 3 votos contra, do PS e 1 abstenção, do PSD.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos contra esta proposta, a adjudicação do empréstimo, em linha com o nosso voto contra quando veio cá a proposta inicial, porque entendemos que a Câmara Municipal não deve endividar-se com empréstimos de médio e de longo prazo para fazer obras com valores até relativamente baixos, obras no valor de 40 mil euros, 48 mil euros, 50 mil euros. Entendemos que a Câmara deveria ter esses recursos para fazer este tipo de intervenções e não recorrer ao crédito de médio e de longo prazo”.*

**Sr. Vice-Presidente** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O meu sentido da declaração de voto é de justificar que, de facto, esta gestão financeira com o recurso a empréstimos de médio e de longo prazo é, apenas, do foro da gestão financeira e justifica-se não pelas parcelas que é preciso financiar, mas pelo total, no quadro da gestão orçamental que o município tem que fazer”.*

### **3. Deliberação n.º 293/20 – Proposta n.º 67/2020 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

### **4. Deliberação n.º 294/20 – Proposta n.º 68/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que era importante dar uma explicação sobre a proposta, porque, algumas reuniões atrás, tinham apresentado uma proposta com um teor aproximado, que tinha a ver com as refeições para o ano letivo de 2020/2021.

Era importante dizer que, por efeito do COVID e da incerteza no fornecimento das refeições, as empresas que tinham concorrido não tinham conseguido fazer face ao preço que estava previsto no concurso, pelo que não tinha podido ser adjudicado.

Iam fazer um novo concurso, já incluindo dois anos letivos, estando assegurado o fornecimento no caso de interrupção por razões de força maior. Havendo a possibilidade de haver interrupção do fornecimento das refeições, estava assegurado o fornecimento das mesmas.

Queria, acima de tudo, valorizar que a Câmara Municipal de Setúbal ia fazer um investimento – era um investimento – de mais de 3 milhões de euros nesses dois anos letivos, para garantir o fornecimento de refeições de qualidade às crianças do concelho.

5

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 295/20 – Proposta n.º 69/2020 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição do Fundo de Maneio para a atividade “Festa da Ilustração 2020”**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 6 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

**6. Deliberação n.º 296/20 – Proposta n.º 18/2020 – DCIRT/DITUR – Prolongamento do “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2020” – Ratificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que achavam que não se justificava a extensão, por mais 15 dias ou menos de 15 dias, desses constrangimentos à circulação, visto que não se previa que houvesse, de todo, ajuntamentos, se bem que, se houvesse fiscalização correta daquilo que eram as normas do Código da Estrada, nada se passaria.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que aquela observação, feita pelo senhor vereador Rui Vieira, deveria ser dirigida para o Ministério da Administração Interna, a não ser que o senhor vereador quisesse que houvesse ali uma intenção, por parte do executivo municipal, de reclamar por dificuldades, que eram conhecidas, de policiamento e não sabia se com muito investimento seria possível fazer esse policiamento. O facto era que as praias do município de Setúbal eram muito boas, de grande qualidade e muito procuradas, não se esperava que o tempo piorasse nas próximas semanas, independentemente de um ou outro dia e já tinham experiência suficiente, pelo que tinha acontecido nos fins-de-semana de abril e maio, portanto aquela proposta era muito importante, tinha pena que houvessem partidos que para manter “*um ar de oposição*”, insistissem em soluções que não existiam.

**Sra. Presidente** – Perguntou ao senhor vereador Rui Lamim se alguma vez tinha assistido a um fim-de-semana ali, se já tinha visto como funcionava. De facto, deveria haver alguma fiscalização efetiva, se o Ministério da Administração Interna assim o fizesse.

Todos os anos pagavam a proteção, ou o cumprimento de algumas regras à GNR, no presente ano o Ministério da Administração Interna disse-lhes que esse pagamento iria ser da responsabilidade do Ministério, mas passado um mês desdisse aquilo que tinha dito. Vergonhosamente, quem pagava aquela proteção não era o Ministério da Administração Interna, tal como tinha dito na reunião que pagaria – e disse com uma data de testemunhas, do ministério, ela própria, o vereador e um técnico. Tinham recebido uma carta, a dizer que afinal era o Município que tinha que pagar, para as pessoas irem à praia tinha que ser o Município a pagar.

O senhor vereador tinha acabado de ouvir o dinheiro que o Município tinha que pagar, “*das refeições, disto e daquilo*”, mas tinha que ser, tinham que pagar, e nas praias preferiam que houvesse alguma segurança das pessoas, mesmo que para isso tivessem dificuldades financeiras, mas que houvesse alguma segurança, era preferível do que aquilo ser aberto e

terem um problema como o que tinham tido no ano anterior, das pessoas não conseguirem passar e os carros ficarem ali todos encravados e ninguém ter mão naquilo, era só ir lá ver, como é que aquilo acontecia. A Câmara Municipal não tinha nem meios humanos, nem barreiras, para fazerem alguma segurança naquela estrada, e como era óbvio, tinham que pagar até final do mês de setembro para haver ali alguma proteção.

Se o tempo se mantivesse bom, convidava o senhor vereador Rui Lamim, em outubro, para ir ver como é que as coisas aconteciam. Dizer isso assim era muito fácil, tinham ali o constrangimento da serra, do rio, de uma estrada com limitações, com um eixo para cada lado e, portanto, não havia por onde fugir, se houvesse um incêndio ou um acidente não havia por onde fugir.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** - Disse que a posição do Partido Socialista era conhecida, em relação ao programa "Arrábida sem Carros", tinha sido contra, no entanto entendiam que naquela "altura do campeonato", a um mês de acabar o bom tempo, que levava ainda muita gente à praia, o pior seria, seguramente, não haver qualquer tipo de programação, "que se passasse do oito para o oitenta", e que aquela zona ficasse sem qualquer tipo de controlo, portanto o Partido Socialista iria abster-se, naquela proposta.

**Sr. Vereador Manuel Pisco** – Disse que, dizer que aquilo se resolvia com os agentes da ordem pública normais, era o mesmo que "cair do céu aos trambolhões". Parecia que o senhor vereador nunca tinha percebido o problema, que nunca tinha dado pelo que estava ali. Se a Câmara não fizesse uma transferência inversa de fundos públicos para pagar ao Ministério da Administração Interna, às forças da ordem pública, aquilo que devia ser feito na sua missão principal - era isso que se passava -, tinham que retornar aos fundos da transferência de fundos, para fazer aquilo que era a obrigação das forças policiais, mas era o estado em que estavam há muitos anos, nos governos PSD, nos governos PS.

Registou aquela inflexão do Partido Socialista, reconhecendo que as medidas com que tinham estado contra, afinal eram úteis no período complementar do verão, era uma posição no sentido do bom senso, estavam quase a chegar ao senso comum de deixar de polemizar uma questão que era óbvia, o município tinha que tomar conta da serra.

Fez uma chamada de atenção para a questão da transferência de competências do governo para os municípios e também para o que se tinha passado no município de maioria socialista, em Sintra, que de boa vontade, estando de acordo com a política descentralizadora do governo, tinha assumido a responsabilidade da gestão florestal da Serra de Sintra. Nunca ninguém tinha visto nenhuma manifestação, nem de taxistas, nem de automobilistas contra o governo por causa das condicionantes, ou dos horários de acesso às estradas da Serra de Sintra, mas atualmente tinham visto manifestações contra a câmara pelas medidas de regulação do acesso à Serra de Sintra, os senhores deviam começar a meditar quanto aquilo que eram os efeitos da transmissão de competências, sem todos os meios adequados, e de responsabilidades para os municípios que tinham passado a ser confrontados com problemas que tradicionalmente nunca tinham sido resolvidos pelo governo, pelo estado central.

Eles faziam, naturalmente, as medidas de regulação de trânsito, de mitigação dos riscos de perigo público que tinham que fazer, porque as autoridades que dependiam do governo central, não tinham tido os meios para o fazer. Portanto, as autarquias, como aquela Câmara de Setúbal, na medida em que lhe fosse possível – porque chegará a um ponto, que provavelmente não lhe seria possível tudo –, e teriam que discutir a sério a repartição das receitas públicas, era isso que estava por discutir, mas era para discutir a sério, o recado era para o Partido Socialista e para o Partido Social Democrata, se ainda se considerasse do arco do governo, como é que se repartem os fundos públicos para assegurar as funções essenciais do estado, era isso que estava ali em causa, não eram pequenas coisas.

Em relação ao que se passava na Arrábida estavam a fazer o óbvio, aquilo que era necessário, que toda a gente reconhecia e curiosamente até o Partido Socialista, mesmo no plano complementar reconhecia, no plano principal não tinha reconhecido, mas registava aquela mudança leve de posição.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não tinha havido mudança de posição, como o senhor vereador tinha dito, e bem, tinha sido uma questão de bom senso. Podiam achar mal, e a posição inicial deles tinham sido contra, mas a 15 dias ou 1 mês de terminar a época balnear, retificar aquilo que os senhores nunca tinham aceitado fazer, não fazia sentido, era uma questão de tempo e de bom senso, mais nada, não era uma questão de voltar atrás.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Agradeceu o convite da senhora Presidente, para visitar as praias da Arrábida, tinha mais de 50 anos e desde que se conhecia que frequentava aquelas praias, mas era um convite e por esse motivo aceitava. Durante esses 50 anos tinha visto muitas formas de utilização daquele espaço, e não valia a pena estarem ali “a assar carapaus fritos”, a posição deles era conhecida e reafirmavam que aquelas restrições eram excessivas, poderiam ser efetuadas condicionantes de outra forma, de uma forma mais agradável no que dizia respeito à segurança do uso fruto daquelas praias.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o bom senso às vezes não imperava por ali, mas se daquela vez tinha imperado ainda bem.

Estavam a discutir as coisas ao contrario, até parecia que a Câmara estava a fazer algo criticável. O que a Câmara estava a fazer era substituir aquilo que o governo não tinha feito.

Se o Partido Socialista tinha uma proposta bestial, fantástica, que viesse essa proposta com os meios e com os recursos garantidos, com a GNR - com aqueles que disseram que eram pagos e, como tinha dito a senhora Presidente, afinal já não eram -, embora a GNR dissesse a toda a hora que não tinha meios para fazer esse trabalho.

Não iam retomar aquela discussão, os senhores não tinham nenhuma proposta alternativa àquela, porque a alternativa tinha que ser algo exequível, com meios e recursos garantidos, se não fosse assim não era exequível, era conversa mole.

Para além de se estender àquele período de setembro, estava a ser estudado no grupo Valpraia, a possibilidade de sempre que houvesse alerta laranja – associado em geral aos fogos –, ser acionado o mesmo mecanismo. A primeira razão, que parecia estar esquecida, não pelo projeto, que era praia sem carros, tinha sido a impossibilidade de fuga em caso de incêndio violento naquela zona, e a possibilidade de acontecer ali, várias vezes, um Pedrogão, essa tinha sido a primeira razão de fundo, o resto tinha vindo associado a isso.

Se os senhores tivessem uma solução melhor, ela que viesse no momento certo, iriam voltar a discutir seguramente isso, mas com os meios e com os recursos, porque se não, seria conversa mole, que era o que tinha sido até ao momento, tendo em conta a resposta que o governo tinha tido.

Seria bom que as coisas ficassem claras, se não, parecia que havia ali uma crítica à Câmara, parecia que estava a fazer algo esquisito. Não, a Câmara estava a fazer com que as coisas funcionassem, antes disso, tudo aquilo que tinham dito que funcionava e que ia voltar a funcionar, nunca funcionou. Portanto, era uma questão de avaliarem, se aquelas coisas fantásticas funcionavam mesmo.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não tinham sido eles a levantar aquela questão, e aquela discussão, mas não lhes custava dizer, porque era uma realidade, que tinham apresentado uma proposta em tempo útil, na altura que a deviam ter apresentado. Iriam voltar a apresentar essa proposta, e iria ser executada, quando fossem poder.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

4

**7. Deliberação n.º 297/20 – Proposta n.º 19/2020 – DCIRT/DITUR – Rede de Centros Ciência Viva - Acordo de Parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, no âmbito do Moinho de Maré da Mourisca**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 298/20 – Proposta n.º 28/2020 – DURB/DITA – Pedido de Isenção de Pagamento da Taxa Devida por Verificação Técnica ao Abrigo 12.º do RGEU**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 299/20 – Proposta n.º 29/2020 – DURB/DIPU – Reconhecimento pela Assembleia Municipal de Setúbal do Interesse Público Municipal do Projeto da Central Solar Fotovoltaica de Algeruz II**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que o projeto de uma Central Fotovoltaica, era obviamente um projeto interessante, porque era o aproveitamento de uma energia, que em princípio era gratuita, e não poluente, pelo que a implantação de um projeto daqueles no Concelho de Setúbal, era algo de positivo.

Após leitura daqueles documentos, tinha ficado com algumas questões, que tinham a ver com a necessidade de haver mais dois pareceres para o avanço daquele projeto, que poderiam incidir na questão da reserva agrícola nacional, num espaço de 3,5 hectares que, afinal, seriam apenas 2,7 hectares. Questionou se seriam mesmo necessários aqueles pareceres e quando surgissem se poderiam ser impeditivos ou vinculativos. E como havia uma passagem para uma declaração de interesse público municipal, se isso não implicaria um período de consulta pública acerca daquela questão.

**Sra. Presidente** – Disse que poderia responder, mas a diretora Arq. Rita Carvalho ou o Dr. Vasco Raminhas, que era o responsável pelo PDM e pela elaboração aqueles processos complicadíssimos, poderiam responder ainda melhor àquelas questões.

**Arq. Rita Carvalho** – Disse que aquele reconhecimento de interesse municipal, fazia parte da instrução necessária junto da DRAP, - da agricultura - para a compatibilidade de uso daquele equipamento com esse território. Portanto, era um elemento instrutório após deliberação era instruído no pedido de parecer junto da DRAP.

**Sra. Presidente** – Disse que aquele processo iria contribuir, em muito para a descarbonização a nível local, ia dinamizar a economia local para aquela parte do município



4

de Setúbal, e que tinha impacto no município de Setúbal na generalidade, iria ser um investimento global de 17.7 milhões de euros, criava cerca de 30 postos de trabalho diretos, na fase da construção e depois 5 postos de trabalho diretos durante a exploração, cerca de 25 a 30 anos. Aproveitando ali o sol, iria ser extremamente importante, não havia nada parecido ali, no município, enquanto noutros sítios já existia aquele tipo de utilização de energia.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que tinha sido referido o parecer da DRAP, o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas –, também seria chamado, o parecer desse Instituto poderia ser vinculativo e no extremo poderia ser negativo, questionou se não seria mais prudente deixarem que os pareceres aparecessem para fazerem então a declaração de interesse público.

**Sra. Presidente** – Disse que não, porque se não fosse considerado interesse municipal, nem valeria a pena irem a outras entidades.

**Dr. Vasco Raminhas** – Disse que aquele reconhecimento público pela Assembleia Municipal, no fundo a Câmara ia aprovar o envio para a Assembleia Municipal, porque era o órgão que tinha competência para reconhecer o interesse público municipal daquele projeto. A necessidade do reconhecimento do interesse público municipal, estava enquadrado no regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, ou seja, aquele reconhecimento era no âmbito da reserva agrícola, porque dos 52 hectares que iriam ser ocupados, ou que se previa que fossem ocupados, haviam cerca 3 hectares e meio que incidiam na reserva agrícola futura, que ainda não estava em vigor, mas que já estava desenhada no âmbito da revisão do PDM e para ultrapassar aquela situação o que a lei previa era que a Assembleia Municipal tinha que reconhecer esse interesse público municipal. Os outros pareceres não tinham que ver com a questão da reserva agrícola, mas com a tramitação normal daquele tipo de processos e das consultas que tinham que ser efetuadas. Portanto, mesmo que houvesse um parecer negativo, por parte das outras entidades não tinha que ver com aquele procedimento.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que a explicação técnica estava dada, aquilo era um pouco para permitir retirar do âmbito da Reserva Agrícola Nacional, para fazer uma ocupação de produção de energia. A partir dessa consideração que era local, ou seja, tinham que ponderar, se em vez de produzirem couves e nabijas, que estivessem ali plantados, era território agrícola, se justificava ter produção de energia, que era energia ecologicamente produzida. Era essa a ponderação que o município fazia e que julgava que estava justificada, porque se fosse para uma indústria poluente seria outra coisa. Aquilo fazia parte de alguma ilusão da autonomia do poder local, porque eram considerações que a nível do país tinham que estar bem definidas, e porque não estavam, era feito aquele jogo de pareceres que os municípios é que eram os donos de tudo o que se fazia no seu território e tinham que ser eles os juizes da comparação de interesses. Produzia-se mais agricultura ou mais energia solar, era óbvio que o recurso era de todo o país, não era só ali que havia sol, nem bom tempo, o que se estava a fazer era a fingir que eram totalmente donos do que se produzia no seu território. Era óbvio que produzir energia limpa era importantíssimo para todo o país e para o mundo inteiro, portanto também seria no Município de Setúbal, e a partir daí é que o processo burocrático se podia desenvolver para permitir isso. Aquela declaração de interesse municipal tinha esse efeito, era uma cadeia do processo burocrático.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**10. Deliberação n.º 300/20 – Proposta n.º 30/2020 – DURB/DIPU – Relatório de ponderação da discussão pública e envio à Assembleia Municipal de Setúbal do Plano de Pormenor da Salmoura (Proposta de Plano e Relatório Ambiental) para aprovação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 301/20 – Proposta n.º 31/2020 – DURB - Estratégia de Habitação do Concelho de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Chamou à atenção, para a síntese que estava no documento da estratégia local, que identificava com algum rigor aquilo que exatamente estava em causa em termos de execução prática, fosse em termos de reabilitação, fosse em termos de construção nova, fosse o tipo de promotor - público ou privado – e uma calendarização estimada em que os primeiros três anos eram firmes, os outros teriam que se ir ajustando em função da execução.

Em relação aos bairros de habitação pública municipal, havia uma calendarização priorizada de reabilitação do Bairro Alameda das Palmeiras, que já tinha tido uma grande reabilitação, faltavam só os telhados, do Bairro da Manteigada que também vinha à reunião e do Bairro do Forte da Bela Vista, que naquele momento era o bairro mais carenciado e cujo projeto já estava concluído e que ia evoluir.

Numa fase seguinte, seguiam outros bairros, que tinham pequenas reabilitações pontuais, mas que precisavam de intervenção de acordo com o calendário que estava ali, e com aquelas estimativas de custos.

Realçou que aquela Estratégia Local de Habitação tinha-lhes sido imposta, no quadro da nova legislação de políticas de habitação, para terem acesso a fundos, sendo que do ponto de vista deles não precisavam de ter essa estratégia local para identificarem quantos fogos, realojamentos e reabilitações precisavam, tinham tudo identificado, mas tinha passado algum tempo, os municípios levaram algum tempo a fazerem as suas estratégias, uns fizeram mais rápido do que outros, o Montijo, ainda não tinha acabado, Almada acabou rapidamente, Lisboa tinha mandado fazer na Universidade de Lisboa, o Porto na Universidade do Porto, no geral todas as universidades participaram na elaboração dessas estratégias, porque essa era condição *"sine qua non"* para ter acesso a qualquer tipo de financiamento. Achavam isso errado, mas era o que tinham e tinham que trabalhar.

Aquela estratégia local, tinha sido elaborada pelos serviços da câmara, que no seu conjunto tinha dois consultores externos e nove técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, dois dos quais estavam naquela reunião, a Arquiteta Rita Carvalho e o Dr. Vasco Raminhas, que tinham feito um trabalho excepcional, com o apoio do Arquiteto Fernando Travassos, e que tinham acabado por produzir um documento articulado, com o acordo e em consonância do IHRU, garantindo assim o seu acolhimento. Também tinha sido articulado com o IHRU, desde já, a possibilidade de construção em zona urbanizada, no território da Bela Vista, mil e duzentos ou mil e setecentos fogos, logo se via, sobretudo renda acessível, promovido pelo IHRU. Estavam à procura de um parceiro para poderem fazer renda apoiada. Já tinha sido explicado, na Assembleia Municipal, que o IHRU fazia renda acessível, tinham valores determinados de renda, mas não fazia renda apoiada, quem quisesse renda apoiada que a



fizesse, era assim que estava estabelecido, tinham que ser os municípios a fazer ou parceiros – terceiros –. Na altura também tinha dado um exemplo, que achava muito relevante para aquilo que estavam a falar, que era o facto de que na renda acessível, imaginando que um T2, em Setúbal, custava 700€, tirando 20% a renda ficava em quinhentos e tal euros, para um T3, em renda apoiada, o valor podia ser 5€ ou 200€, não ia dar um valor exato, sendo que a renda média em Setúbal, nos bairros de habitação pública municipal era de 30€, se aplicassem 30€ a 100 fogos de renda apoiada conseguiam ver o que tinham, e se aplicassem aos mesmos 100 fogos de renda acessível viam o que tinham, isso queria dizer que o IHRU tinha guardado “o bife do lombo” para ele e a renda apoiada, que era aquela de valor incerto, “quem quiser que se mexa”. Aquela era uma característica, da nova geração de políticas de habitação, que era contrariada pela Lei de Bases da Habitação. Haveria de chegar uma altura que, com a regulamentação da lei de bases essa nova geração levaria a correção devida, mas de qualquer maneira ainda estavam naquela fase.

Por outro lado, tinha sido ali registado, e muito bem, que mais do que a estratégia local, para eles o que era relevante era a Carta Municipal de Habitação, essa sim era o documento estratégico global, no quadro do Plano Diretor Municipal, que estava previsto também na lei de bases, aliás a lei de bases não previa Estratégia Local de Habitação nenhuma, não tinha essa figura, com que estavam a trabalhar e a ser obrigados a trabalhar.

Do ponto de vista da reabilitação dos nossos fogos podia ser muito relevante o apoio que vinha, visto que havia uma possibilidade de terem o apoio para 50% para reabilitar os fogos, pelos quais eram responsáveis naquele momento, para a construção de fogos a situação era similar.

Quem lesse, com calma, a nova legislação de políticas de habitação, verificava que o governo garantia um apoio de 50% ao município e o município cobria os outros 50%, só que os 50% que eram garantidos pelo governo, eram 30% a fundo perdido e avalizava o empréstimo dos restantes 20%, o que queria dizer que o município tinha que pagar 70%. Havia ali uma inversão completa da lógica da construção de habitação, reabilitação de habitação e toda a política nacional de habitação, do ponto de vista financeiro com a nova legislação de políticas de habitação que o governo PS tinha criado. Mais grave, do que aquilo que o Professor Cavaco Silva tinha feito no tempo do PSD, mandando para cima dos munícipes toda aquela responsabilidade, ou a responsabilidade de 70% de tudo, mais a gestão. Já tinha dado ali nota, de que por ano o Município de Setúbal não recebia quatro milhões de euros de renda, para a renda estabelecida para cada fogo que detinha. Esse era o apoio que Setúbal dava, às pessoas que viviam nos fogos de habitação pública municipal. Somando o valor da renda que estava definido na lei, eram cerca de cinco milhões de euros, recebiam menos de um milhão de euros, era perceptível o esforço que Setúbal tinha que fazer para manter a manutenção dos fogos, mesmo não recebendo rendas minimamente compatíveis.

Aquelas matérias eram muito relevantes e também eram relevantes na Estratégia Local de Habitação, a existência do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, que no fundo, era um fundo público, em que o município podia por lá os seus bens, que deixavam de ser seus, passavam a ter títulos sob esse património que lá ficava, mas deixavam de ter esse património, tinha sido apresentado como uma grande solução para a habitação. Não tinham situações daquelas, relevantes, em Setúbal, mas o que era facto era que já havia, naquele momento dezassete fundos constituídos, isso era muito importante, mas depois quando iam ver os fogos que aqueles dezassete fundos garantiam, eram duzentos fogos, no país inteiro. O que isso tinha de relevante era que, esse fundo não tinha retorno de propriedade para quem lá pusesse o seu património, quanto muito tinha títulos e esses títulos eram vendáveis, e esse fundo, naquele momento, na prática, eram um instrumento de transferência de património público para os fundos privados de habitação. Também o IFRRU acabou por se tornar uma peça muito interessante, na medida em que Portugal tinha sido elogiado pela União Europeia, pela execução do IFRRU, tinha sido um dos países que mais tinha executado o IFRRU, que era um fundo sobretudo de carácter habitacional, mas também alguma resposta privada e 98% do IFRRU tinha ido para Alojamento Local, não tinha ido para habitação, tinha sido essa a execução que o governo português tinha feito.



Aquela tinha sido uma ideia global da situação em que estavam em termos de enquadramento, em outra altura poderiam, com mais calma, abordar em profundidade o que estava em curso naquele momento, mas de qualquer maneira, para efeitos de acesso aos fundos no quadro do 1º Direito, isso era, para renda acessível, renda apoiada e para aquelas medidas que estavam elencadas na estratégia local, a solução que tinham era terem mesmo a estratégia local aprovada e trabalhar com o que tinham, até terem melhor do que aquilo. Portanto, iam fazer um grande esforço de reabilitação do património e iam fazer com o IHRU um grande esforço de, apesar de tudo, criar mais fogos em Setúbal, de certeza absoluta para renda acessível, mas também tentar que se encontre um parceiro para fazer fogos para renda apoiada.

Aquela tinha sido uma nota de enquadramento, para dar a dimensão exata do significado daquela peça, que tinha dado muito trabalho, mas o muito trabalho que tinha dado tinha sido sobretudo, além do acesso aos dinheiros do 1º. Direito, para servir para a construção da Carta Municipal de Habitação, que era a peça que a lei de bases de habitação obrigava.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que a intervenção do senhor vereador Carlos Rabaçal tinha sido importante porque confirmava, de alguma forma, o sentido que o PS tinha sobre a carta.

Aquela Estratégia Local de Habitação era importantíssima, como documento para realmente a Câmara ter acesso aos fundos que estavam disponibilizados. O governo, através da legislação, como o senhor vereador tinha dito, veio obrigar à elaboração daquela estratégia e o Partido Socialista, por várias vezes, até na Assembleia Municipal, já tinha interpelado o senhor vereador sobre a apresentação daquela estratégia, que viam com agrado. Naquele sentido, e a intervenção do PS, como o próprio documento dizia, e o senhor vereador tinha acabado de confirmar, que era um documento inacabado e precisava de ser melhorado e era continuamente melhorado, deixavam ali algumas considerações que podiam levar para esse aperfeiçoamento do documento.

A resposta ao problema da habitação passava por um “mix” de medidas que se complementavam umas às outras, abrangendo a maior diversidade de casos. Aquilo que sentiam naquele documento - pela análise daquele documento - era que estava muito focado sobre aquilo que os serviços técnicos da Câmara sofriam de pressão sobre aqueles exemplos que o senhor vereador tinha dito, da renda apoiada e de pessoas que necessitavam urgentemente de soluções de habitação social municipal. Mas desenvolvia pouco, no entendimento do PS, aquela franja das classes médias, - existiam várias classes médias, dentro da grande classe média -, que tinham muitas dificuldades em aceder à habitação, por várias razões, tinham passado por uma crise terrível para construção em 2011, que tinha atirado, completamente, abaixo a construção de novos fogos, a recuperação tinha sido muito lenta, o tecido empresarial naquela área era muito de conceito familiar, e quando uma empresa dessas ia à falência, dificilmente se recompunha, por isso tinham ainda, ao longo do país, poucas empresas a laborar na habitação. Depois de tudo somado havia uma retoma, mas a retoma tinha sido feita no turismo, havia uma baixa do juro do custo do dinheiro, os investidores começaram a adquirir... houve ali, quase uma tempestade perfeita para que o custo da habitação subisse exponencialmente e o acesso à habitação fosse muito difícil.

Aquele documento, elaborado pela Core Plan, a empresa que tinha feito aquela estratégia e que tinha feito várias outras, por outros concelhos, tinha começado com a elaboração de um diagnóstico, onde tinha ido buscar os Censos 2011, que já tinham quase 10 anos, com uma grande crise financeira pelo meio, agora com uma crise pandémica, que ainda estava a decorrer, e ainda não sabiam que intervenção iria ter, tinha ido buscar estudos de opinião e informação no mercado “online”, e tinha ido buscar as tais informações das divisões dos direitos sociais e da habitação pública municipal. Pensava que todo aquele documento estava muito condicionado, por aquele caminho, pelas pressões mais emergentes que a Câmara sofria de pedir habitação social, e tinha deixado um pouco de fora, parte da visão da “tal classe média”, que não tinha direito à habitação social, mas que presentemente, tinha uma grande dificuldade ao acesso à habitação. Eventualmente aquele documento iria ser mais

aprofundado, na Carta Municipal de Habitação, que naturalmente teria que ser mais abrangente, porque só por ali, pensavam que era relativamente redutor, aquele documento, naquela medida.

Deixou dois ou três exemplos e propostas, no sentido de se poder enriquecer aquele documento.

A primeira tinha a ver com o facto de naquele estudo, não estarem previstos benefícios fiscais para os proprietários, para que pudessem colocar no mercado de arrendamento, ou mesmo de aquisição, mas sobretudo no mercado de arrendamento, benefícios fiscais, por exemplo em sede de IRS, ou de redução do IMI, anualmente votavam ali algumas isenções, que eram votações anuais, mas o estudo era completamente omissivo nessa vertente. Achava que faria todo o sentido que quem colocasse uma habitação para arrendamento, com rendas no âmbito daquilo que era a legislação para as rendas acessíveis, pudesse ter benefícios fiscais, achava que isso devia constar na proposta apresentada.

Depois entendiam que aquele estudo ia buscar elementos de 2011, e falava de dados de famílias monoparentais, mas a realidade atual era completamente diferente. E aquilo que eles entendiam que deveria ser diferente, ou que não constava na proposta e deveria constar, era que se existia um excesso de habitações, com tipologias superiores, T2, T3, T4 e mais, como constava no diagnóstico do estudo e existia uma grande procura para T0 e T1, porque as famílias cada vez eram mais monoparentais, não existia qualquer proposta ou referência, para fazer a partilha de habitações, como existia, noutros países, onde os idosos faziam a partilha de quartos e com isso terem algum retorno e contribuírem para a oferta de habitação. Consideravam estranho, mas a ser verdade ainda bem, não estava referenciado qualquer agregado, como realojamento prioritário em Azeitão, mas as informações que tinham eram diferentes e apenas um agregado na Gândia-Pontes-Alto da Guerra, e apenas seis, na União de Freguesias de Setúbal. Partiu do princípio que os dados que a Câmara tinha cedido eram recentes, mas apenas seis na União de Freguesias de Setúbal, e apenas um na Gândia-Pontes-Alto da Guerra, pareceu-lhe reduzido. Gostava da confirmação, se naquele momento, eram esses os dados. E dos 5.620 agregados familiares que a Câmara Municipal, identificava com necessidades habitacionais para o Município de Setúbal, no estudo apenas propunha 600 agregados, para outros segmentos prioritários sem acesso ao mercado, o que ele considerava a *“tal classe média”*, que estava fora da tal necessidade de ter uma habitação em regime de renda apoiada, que também lhe parecia curto, na realidade eram mais e iriam ser muito mais.

Achava que aquele estudo tinha que ser continuamente melhorado, como ele próprio também referia, numa das medidas, pensava que na medida oito, era proposto que houvesse uma verba para que fosse criada uma equipa para aprofundar aquele estudo, e era necessário que fosse mais abrangente, indo às classes médias, que cada vez mais estavam a ter dificuldades de arrendar uma casa em Setúbal, face aos preços praticados, mas que estavam fora daquilo que eram os apoios que a Câmara tinha para dar, em termos de habitação social.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que as questões colocadas pelo senhor vereador Paulo Lopes, inferiam logo de um problema, aquela estratégia tinha metas para 3 anos, as primeiras metas eram para 3 anos, e ela tinha sido feita de propósito para ter acesso ao 1.º Direito. Bastava ver o que era o 1.º Direito, era renda acessível, renda apoiada e era construir, reabilitar para alugar, e depois tinha outras medidas, os sem abrigos, etc., mas era toda ela focada nas necessidades imergentes. A estratégia local era mesmo ela limitada e era uma exigência para se ter acesso a fundos para essa situação, não tinha outro objetivo. Daí ter referido que o que lhes interessava mesmo, era a Carta Municipal. Aquela estratégia era uma imposição, para construir algo à volta das necessidades que toda a gente sabia que existiam. As necessidades que tinham sido ali referidas, muito restritas naquela ou noutra freguesia, estavam à volta de um levantamento feito sobre ruínas, pessoas que viviam em ruínas que iam ser demolidas, mas depois o documento referia que os pedidos de habitação em Setúbal eram mais de mil, e eram os que lá iam, porque havia os que já nem lá iam. Não estavam a falar naquilo que o INE falava, que era a sobrelotação das habitações, se fossem

por aí, iam aos dois ou três mil, por aí acima. As necessidades eram muitas e vastas, mas aquilo eram as baias que lhes eram colocadas e que tinham que ir respondendo.

A Estratégia Local de Habitação era uma coisa limitada, porque limitada se queria que fosse, para o objetivo que tinha. Como já tinham dito, já tinha sido feito algum trabalho de levantamento mais vasto do que isso, na perspetiva de evoluir para a Carta Municipal. A questão do IMI e do IRS, não cabia ali, haviam medidas e incentivos do governo, à volta da renda acessível. Na renda acessível nem os proprietários, nem os inquilinos tinham mostrado qualquer interesse com os estímulos que tinham sido criados, isso tinha caído redondo, não tinha tido caminho nenhum, e na Estratégia Local também não se colocava, talvez se pudesse colocar na Carta Municipal de Habitação, encaixando as questões Nacionais, era uma questão a ver, mas naquela medida concreta não fazia nenhum sentido.

Em relação à renda acessível, se fossem ver a síntese, uma das maiores respostas que ali estava, a resposta de construção do IHRU era mil e duzentos fogos. A esmagadora maioria dos fogos, que estavam previstos novos, na primeira fase eram fogos de renda acessível e se não conseguissem arranjar um parceiro para fazerem renda apoiada, seriam cerca de mil e quinhentos ou mil e seiscentos fogos, todos de renda acessível. A questão da renda acessível estava em cima da mesa, como estavam outras matérias.

Para não ficarem agarrados a pequenas coisas, referiu que o Sr. Ministro da Habitação, Dr. Pedro Nuno dos Santos, tinha dito, que não havia solução para a habitação em Portugal enquanto não houvesse investimento público capaz de garantir que se passasse de menos de 2% de parque público, no quadro do parque habitacional Nacional, para pelo menos de 5%. – *“Ora isso são milhares de milhões que não estão em lado nenhum, e que não estão nestes jogos, da nova geração de políticas de habitação, nem nestes jogos, que são jogos, para empatar, portanto não estão aqui, nem jamais resolveram o problema por aqui”*.

Existia uma história muito relevante da habitação em Portugal, em Setúbal também, com a destruição dos mecanismos de autoconstrução, construção cooperativa, etc. a partir dos anos 80, com a entrada na União Europeia, com a destruição das cooperativas, que o PSD tinha feito e que o PS nunca tinha recuperado, e que estavam a liquidar a capacidade de criar nova habitação, de acordo com as necessidades.

Não era por acaso, que não havia uma lei de habitação, não era por acaso que não havia investimento público, porque naquele momento a habitação era o pilar fundamental da financeira ação da banca portuguesa. Existiam muitos interesses ali envolvidos e mesmo um governo que se empenhasse a sério naquele assunto ia ter grandes dificuldades, porque a habitação pública e a construção do investimento público na habitação iam ter a oposição, brutal, de todos os fundos financeiros focados na habitação, que eram nacionais e agora internacionais. Não ia ser fácil e não valia a pena imaginar que fazendo pequenas construções iam conseguir chegar lá.

A senhora Secretária de Estado da Habitação, era gestora da Estamo e era responsável pela área patrimonial da Estamo. O que ela estava a fazer na habitação, não era diferente do que se tinha feito na Estamo, o que ela estava a fazer era, transferir as capacidades públicas básicas, para o setor privado, essa é que era a questão, alguma coisa tinha que se ir fazendo e passando a responsabilidade financeira daquilo que era básico e essencial, que era renda acessível e renda apoiada para os municípios. Portanto era esse o “filme” que eles tinham naquele momento, e não acreditava que assim chegassem lá. De qualquer maneira tinham a estratégia, iam à conquista de meios e recursos, iam procurar condições para melhorar o nosso parque, iam procurar condições para garantir que houvesse mais habitação em Setúbal e que não houvesse pretextos para que não se fizesse mais habitação em Setúbal e iam continuar a lutar para que o estado português assumisse, no quadro de lei de bases da habitação, a sua responsabilidade e o objetivo que tinha definido, de chegar aos 5% de habitação pública no quadro do contexto da habitação nacional, esse objetivo resolveria algum problema de habitação com algum significado, menos do que isso não havia solução, haveria sempre panaceias mitigadas, pequenas soluções e resolução de problemas de muita gente, deixando de fora a esmagadora maioria.

4

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que queria insistir em duas questões. Segundo o estudo, apenas 1,8% de casas estavam no regime de arrendamento, disponíveis no mercado, ou seja, 98,2% eram venda e 1,8% eram arrendamento. Isso era, claramente, um número insignificante para aquilo que eram as necessidades. Não tinha uma visão que achava que os grandes fundos imobiliários fossem impedir, até porque as pessoas que necessitavam desse tipo de habitação não tinham condições de ir a um banco para comprar casa. Portanto, não lhe parecia que fosse por aí. Eles poderiam ter interesse em ser parte da solução e de serem eles a construir, a adquirir financiado via Estado, mas isso era outro negócio. Não lhe parecia que fosse por aí o caminho.

A parte fiscal fazia falta, até porque o Município de Setúbal, como todos os municípios do país, já tinha isso, mas era aprovado anualmente, para quem fazia recuperação de casas, etc. O que precisavam era de incluir algumas propostas, no sentido de uma discriminação positiva na parte fiscal, onde a Câmara o podia fazer, porque tinha autonomia para isso, que era na taxa.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que isso já existia nas ARU's, na reabilitação urbana.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que isso era aprovado anualmente. Um dia, podiam dizer que não aprovavam mais. Se já o faziam anualmente, porque é que isso não constava, por exemplo, naquela estratégia? A questão fiscal era importante para os pequenos proprietários e podiam ter ali, também, uma solução, porque não havia uma solução milagrosa. Portanto, entendiam que devia ser assim e ficava a proposta.

Obviamente que queriam aquela proposta aprovada, mas melhorada. Como quem tinha feito o próprio documento tinha escrito e como o senhor vereador também reconhecia, a proposta precisava de ser melhorada. Portanto, a questão fiscal era importante e devia ser envolvida naquele documento.

Também, entendiam que, em termos das estimativas de custos, a maioria das medidas remetiam para o orçamento municipal, mas, depois, no quadro referente às medidas, metas, custos e financiamentos, muitas delas não tinham qualquer valor, em termos de comparticipação financeira. Admitia que fosse difícil valorizar medidas como o apoio ao nível dos proprietários, mas poderia ter também algo lá colocado.

O Partido Socialista, obviamente, veria com bons olhos que aquele estudo fosse aprovado, mas, acima de tudo, entendia que devia e tinha que ser melhorado, para ser mais abrangente, essencialmente mais abrangente e não apenas uma resposta por obrigação, como se tinha visto claramente na intervenção que tinha sido feita. Tinham feito aquele documento, apenas e só por obrigação, para poder concorrer a um programa. Era isso mesmo que parecia. Achava que o documento merecia ser mais abrangente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, por vontade própria, por prazer e por gozo, iam fazer a Carta Municipal da Habitação, que era uma coisa séria.

**Sra. Presidente** – Disse que, por acaso, o PS tinha feito grande coisa quando passou por ali, portanto, já devia estar pronta. E continuavam a fazer, enquanto Governo, uma grande coisa. Era tudo só treta. Já tinha dito isso à senhora Secretária de Estado, não estava a dizer nada nas costas dela. Complicação, complicação, enrola, enrola e *"a gente, agora não vos dá dinheiro sem vocês fazerem isto"*, para eles fazerem papéis em cima de papéis e projetos. Quando não queriam fazer nada ou não queriam pagar nada mandavam o pessoal fazer estudos e projetos.

A senhora Secretária de Estado, quando percebeu que tinha no concelho, de sua propriedade, um grande terreno lá em cima, ao pé da Belo Horizonte, tinha ficado muito entusiasmada e dizia: *"Então, entre o Município de Setúbal e o IHRU, vamos começar a fazer ali casas. Portanto, se o município nos ajudasse a fazer um projeto..."* Tínhamos dito que em 2 meses fazíamos o projeto (o levantamento, claro que não era o projeto em si, era a definição das áreas, um esboço): *"Em 2 meses nós fazemos"*. Tinham feito um levantamento



de todo o terreno, tinham posto uma data de técnicos a trabalhar. Isso tinha sido em fevereiro e tinha-se dado a pandemia em março, não tinha chegado a 2 meses. Mesmo assim, tinham tudo pronto muito antes dos 2 meses. Portanto, tinham telefonado imediatamente para o IHRU, a dizer que já estava pronto, podiam ir entregar e podiam fazer a reunião (“*Vamos embora!*”).

A Carta, o 1.º Direito, a senhora Secretária de Estado tinha dito que não era preciso. Era bom que fizéssemos esse documento, mas não era preciso ser tão elaborado, tão técnico, era preciso saber de quantos fogos precisávamos. Isso teria sido fácil, iam à lista das pessoas que estavam à espera dos fogos e deixar mais uma margem para aqueles que não estavam na lista. Sabiam que havia quase 500 casas que eram necessárias, além das 2 mil e tal.

Que ficasse escrito em ata que ainda estavam à espera da reunião. Tinham feito rapidamente o trabalho, o planeamento e o esboço para entregar na Secretaria de Estado. Tinham entregue o esboço e os números. Tinha-lhes sido dito que, para atribuírem as candidaturas, chegava esse esboço e que, depois, fizessem aquele. Entretanto, tinham feito aquele, tinham posto equipas na rua, a trabalharem com os presidentes das juntas de freguesia, freguesia a freguesia, para ver exatamente quem é que estava, às vezes numa barraca, e que nunca tinha pedido habitação por qualquer razão. Às vezes, as pessoas não sabiam ou tinham vergonha de pedir ou tinham vivido sempre ali e querem acabar ali a sua vida. Tinham ido a todos os buracos, estava tudo ali.

Aquele era, de facto, um pontapé de saída para coisas mais aperfeiçoadas, para não lhes dizerem que não estava aperfeiçoado e que ainda não tinha ido a reunião da Câmara. Estava tudo feito. Era tudo treta.

Mesmo assim, aquele projeto que a senhora Secretária de Estado, então, lhes tinha pedido, para aproveitar para o IHRU fazer casas no seu território, no seu terreno, para renda acessível. A pensarem nos pobres? Aonde? Zero. A renda acessível também era necessária, para as pessoas que tinham perdido rendimentos, que tinham muitos problemas e que não tinham dinheiro para as rendas que se praticavam por aí. Também era necessária, mas, para as rendas que naquele momento se praticavam nos nossos bairros, não havia, zero.

Tinham sido eles que tinham dito que não aprovavam aquilo sem que a senhora Secretária de Estado lhes deixasse construir casas de renda apoiada no seu território. Renda apoiada, que eram as tais rendas baixas, para as pessoas que não tinham, de todo, condições. Alguns deles nem para a renda apoiada, quanto mais para a acessível. Ficavam ali umas quantas pessoas, mas, quantas frações ficariam? Isso tinha que ser dito. Era assim que diria em todo o lado. Tinha dito à senhora Secretária de Estado e tornava a dizer que era assim.

Em menos de 2 meses, tinham corrido e tinham feito tudo para começarem rapidamente, mas ainda estavam à espera. Tinham que ir outra vez para a porta da Secretária de Estado, para ver se funcionava: “*Está bem, a gente faz. - Olhe, já está feito!*” Portanto, o resto era tudo converseta.

Como podiam imaginar, a Câmara de Setúbal, sozinha, não ia conseguir fazer aquele grande projeto e programa a que as pessoas tinham direito. Não conseguia. Se estivessem em Oeiras conseguiam. Felizmente para o concelho de Oeiras, que tinha muitas empresas, muito IMT, derramas e IMI aos “pontapés”. Eles e outros municípios conseguiam resolver sozinhos, nós não conseguíamos. Portanto, estávamos na Área Metropolitana de Lisboa, como outros municípios, com grandes problemas habitacionais, já de décadas, sem se conseguir resolver. De vez em quando faziam-se uns PER ou umas coisas parecidas, dependia dos governos. Depois, os municípios levavam não-sei-quantos anos a pagar e criavam-se guetos. Era isso que acontecia.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que, sobre aquela estratégia, aquele documento, havia 20 anos sem uma nova construção municipal ou social no concelho de Setúbal.

Aquela estratégia era um plano que merecia, obviamente, a aprovação e o apoio do PSD, porque permitiria o acesso a um financiamento que poderia levar à concretização de algum tipo de habitação social, nomeadamente do 1.º Direito, para as pessoas que eram mais necessitadas, aquelas que viviam em barracas.



Recordava que o concelho tinha algumas barracas, cada vez mais, devido a uma falta de atenção relativamente a esse assunto. Eram 20 anos de inação e, talvez aquele programa, aquela estratégia com aquele plano, pudesse ser executada, dando azo à satisfação de uma necessidade imperiosa do concelho.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 6 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**12. Deliberação n.º 302/20 – Proposta n.º 28/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro 2 de Abril – Alameda do Pinheiro, 20 – 1.º Dt.º**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 303/20 – Proposta n.º 29/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro da Bela Vista – Rua do Moinho, 3 – A 42**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 304/20 – Proposta n.º 30/2020 – DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Concurso Público – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 305/20 – Proposta n.º 66/2020 – DCDJ/DISOC – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes - Apoio financeiro**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

**16. Deliberação n.º 306/20 – Proposta n.º 67/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Coletivo Colinas**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 307/20 – Proposta n.º 68/2020 – DCDJ/DIDES – Plano Municipal de Desenvolvimento da Vela – Protocolos de cooperação com o Clube Naval Setubalense e o Clube de Vela do Sado**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 308/20 – Proposta n.º 69/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de setembro a dezembro de 2020.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 309/20 – Proposta n.º 70/2020 – DCDJ/DIDES - Apoio financeiro à atividade desportiva da APPACDM de Setúbal/União Desportiva para a Inclusão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 310/20 – Proposta n.º 71/2020 – DCDJ/DIDES - Edição Especial da Volta a Portugal em Bicicleta 2020 – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Ciclismo.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha havido uma alteração orçamental, na anterior reunião da Câmara. Para ter uma ideia acerca dos 40 mil euros, queria saber se tinha havido

um aumento efetivo daquilo que a Volta a Portugal tinha pedido ou se teria sido suborçamentado?

**Dr. Luís Liberato** – Disse que tinham assinado um contrato quadrienal com a Podium Eventos, até 2021, para realizar a Volta a Portugal. Portanto, era um contrato de 4 anos que tinha um valor anual. O valor respeitante a 2020 eram 80 mil euros, mais IVA, que era o que as cidades tinham que pagar para ter uma etapa da Volta.

Devido à pandemia, a Podium tinha suspenso o contrato com a Federação de Ciclismo e não tinha realizado a Volta em agosto. A pedido das equipas profissionais, muitas delas a fechar e em risco de falir, a Federação tinha decidido realizar uma edição especial e tinha falado com as câmaras.

Por acaso, a nossa etapa era exatamente a penúltima e mantinha-se num domingo. A última etapa seria no dia 5, que era segunda-feira, mas era feriado. Era o percurso que queriam, passava pela Figueirinha, subia à serra e descia.

Se fosse através do contrato com a Podium, o valor que iriam gastar seria de 80 mil euros. Tinha passado para metade. Portanto, havia uma redução elevada do valor.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **21. Deliberação n.º 311/20 – Proposta n.º 72/2020 – DCDJ - EXIB MÚSICA 2020 – Apoio financeiro.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que devia ter feito isso na reunião anterior, mas fazia o *“mea culpa”*. Queria dar as boas-vindas à Isabel Petinga, naquela nova fase da sua vida profissional, no apoio ao Gabinete da Vereação do Partido Socialista. Queria que isso ficasse registado. Tinha sido uma falha deles não ter sido feito 15 dias antes, nem no início da reunião.

## **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Augusto Cruz** – Disse que, recentemente, tinha lido um livro sobre crimes de ódio e inimizabilidade, o que condizia com alguns políticos que tinham forçosamente que abandonar a política e arranjar novo emprego. Era preciso acabar definitivamente com a corrupção e criar uma verdadeira justiça de base.

Os políticos de nomeada roçavam os círculos uninominais. Se houvesse oportunidade, ele próprio concorreria, sem qualquer receio, fosse contra quem fosse e acabava definitivamente com os poderes escondidos.

A Sra. Presidente, no princípio, quando tomou posse, tinha prometido a construção de um silo para as viaturas. Seria capaz de lhe dizer onde é que o mesmo estava construído? Para quando a criação de um pavilhão de desportos? Cidades mais pequenas já estavam quase a acabar a respetiva construção. A Sra. Presidente não adiantava absolutamente nada e, assim, a juventude perdia tempo em bares e coisas prejudiciais.

4

A Sra. Presidente sabia perfeitamente que tinha acabado recentemente o novo Plano Diretor Municipal, relacionado a 1994. Acontece, porém, que tinha algumas ações que contrariavam os termos legais. Quanto ao seu caso, perante a própria arquiteta, lembrava que a sentença homologatória tinha transitado em julgado em 3/12/2015. Ia pedir uma indemnização pelos danos sofridos, pois tinha deixado de vender a um casal alemão porque lhe tinha contado a verdade. A Sra. Presidente não dava a mínima atenção aos termos legais, mais isso era um problema dela. Fazia isso porque este era um país completamente desorganizado, no caso das leis e não só. A própria justiça se encarregaria de pôr os casos na ordem.

Não se arrependia de ter colaborado com a Sra. Presidente no processo que tinha equilibrado o seu mandato. Tinha-o feito por obrigação, mediante o azedume criado pelo PSD, estando à frente o Dr. Fernando Negrão, assim como ex-indivíduos do PS, cujo nome escusava de frisar, porque eram criadores do mal alheio.

Não se esquecia do caso frontal com a Sra. Presidente, mediante a alimentação precária que as escolas davam às crianças, que andavam mal alimentadas. Os pais tinham ido ter com ele e o assunto no dia seguinte já estava resolvido.

Todas aquelas normas eram para apresentar no Tribunal Constitucional. Ia apresentar aquilo tudo, porque era a verdade que estava assumida pela sua pessoa.

**Sra. Presidente** – Disse que era a mentira que estava assumida, toda escrita, várias. No tribunal falariam, não era ali.

**Sra. Dora Floriano** – Disse que a Sra. Presidente já conhecia a situação dela. Até tinha vergonha de ali estar, de a Sra. Presidente olhar para ela e ela estar naquele estado. Os seus filhos tinham que estar o dia inteiro sentados no jardim. A sua casa não dava para estarem lá dentro, só lá iam para dormir.

Tinha ficado à espera de uma resposta na sexta-feira, quando foi chamada pela Dra. Raquel, mas a resposta tinha sido que não havia casas. Passados quase 16 anos, tinha sido essa a resposta que tinha ouvido.

Os seus filhos, naquele momento, estavam no jardim à espera. Levavam o dia inteiro naquele jardim. Onde morava, só lá ia para dormir. Ia começar a escola e não sabia como é que ia fazer, naquela casa sem água.

**Sra. Presidente** – Disse que iam combinar uma coisa. Não era por ir sempre ali que lhe iam resolver o problema. Se não tinham casas, não conseguiam resolver. Não tinha dito que na sexta-feira lhe dava uma resposta, porque a resposta que queria era: “*Está aqui a casa!*” - e não lhe podia dizer isso.

Os serviços tinham-na atendido mais uma vez, mas já a tinham atendido “*n*” vezes. Se eles não tinham resposta, não podia pôr ninguém na rua. Se estavam casas fechadas era porque as pessoas não estavam cá. Às vezes, havia pessoas que estavam presas e não iam pôr a pessoa na rua, porque já estava a pagar a sua dívida à justiça. Não ficava sem a casa só porque não estava lá, estava noutro sítio. Podia não estar na casa porque tinha um problema qualquer, mas não podiam tirar as casas às pessoas.

Podia ir ali as vezes que quisesse. Se sabia que era para pedir a mesma coisa, começava a dizer que não lhe dava a palavra. As pessoas iam ali e pediam a palavra. Tinham todo o direito, se iam dizer coisas novas. Se traziam o mesmo problema, começava a não lhes dar a palavra. Quando houvesse forma de resolver o problema da casa, os serviços diziam-lhe.

Para arrendar as casas, tinha que ser a Segurança Social a ajudar, para as pessoas não ficarem na rua. Tinha que ser a Segurança Social a ajudar, isso estava na lei. Tinha que ir à Segurança Social, para arranjar uma forma de arrendar uma casa.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, depois da última reunião, a senhora tinha sido recebida pela Dra. Raquel, juntamente com o companheiro e o pai. Tinha-lhe sido explicado tudo, não havia mais nada a dizer.

A Senhora entendia que, indo ali, conseguia mais rapidamente. A Dora estava na quinta ou na sexta posição para o tipo de habitação. Era uma coisa que podia, de repente, aparecer, assim, de um dia para o outro. Estava quase e ela insistia em ir ali. Não tinham grande possibilidade de dizer mais do que o que estavam a dizer. Não podiam pôr ninguém na rua. Não havia hipótese de fazer isso. Só quando saísse alguém de uma casa e a mesma vagasse é que a Senhora poderia entrar. Todas as situações sociais decorrentes de despejo e situações desse género era a Segurança Social que resolvia. Era esse o caminho que tinha que ser feito. Já tinham dado ajuda à D. Dora, os direitos sociais já tinham dado ajuda. Tinha havido uma conversa com o marido da D. Dora, por causa do trabalho, e ele tinha dito logo uma coisa que não ia dizer ali, porque era contra ele. Iam voltar a falar com ele e iam ver o que era possível fazer.

**Sra. Presidente** – Disse que ainda não seria naquele dia que iriam resolver o problema. Assim que tivessem alguma coisa diriam.

**Sra. Dora Floriano** – Pediu desculpa e disse que já tinha vergonha de ali ir.

**Sra. Presidente** – Disse que o senhor vereador, ou a Dra. Raquel iriam telefonar, se arranjassem alguma casa e que a senhora não precisava de pedir desculpa. Também se sentiam incomodados por não conseguirem resolver, porque qualquer um deles queriam o bem-estar dos outros, fosse de que partido fosse. Ninguém ficava contente, quando diziam que não conseguiam resolver, tinha a certeza que toda a gente quando ia para casa ia dormir sobre aquilo, de certeza que ninguém gostaria de estar na pele do outro naquelas condições, muito menos com 4 crianças.

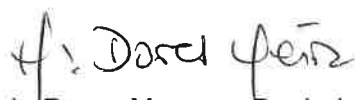
**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que quando fazia, regularmente, atendimento com a Dra. Raquel, as famílias que tinham aquele tipo de problemas eram às dezenas, e diziam exatamente o mesmo que a senhora Dora, não dava para dormir depois dos vinte atendimentos, para se ter uma ideia da gravidade da situação.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 07 de outubro de 2020, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio